

Bicentenário da Independência: os comunistas, a luta de classes e a questão nacional

Bicentennial of Independence: communists,
class struggle and national question

cesar mangolin*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.009>



Reprodução: <http://imdcnorte.blogspot.com/>

Conflitos do Contestado, pintura de Nita Dickson

RESUMO

O artigo tem como objetivo expor uma reflexão sobre os limites da independência do Brasil a partir das definições e contribuições dos clássicos do materialismo histórico.

Palavras-chave: Independência. Materialismo histórico. Ideologia do colonialismo.

ABSTRACT

The article aims to expose a reflection on the limits of Brazil's independence from the definitions and contributions of the classics of historical materialism.

Keywords: Independence. Historical materialism. Ideology of colonialism.

1. INTRODUÇÃO

O tema da Independência ainda exige reflexão. Não parece ser demais repetir algumas coisas e, quiçá, avançar na reflexão, por ocasião dos 200 anos da proclamação da Independência do Brasil.

Provavelmente teremos uma abundante produção sobre a Independência ao longo de 2022. Algumas obras poderão fugir um tanto de questões relevantes, devendo girar em torno de três abordagens principais: a primeira, mais acrítica e presa à formalidade jurídica; a segunda, partindo de uma percepção de que tudo que deveria ser dito sobre o tema se esgotou e, portanto, a tarefa agora seria elaborar apenas um arrazoado tendo como base as obras de referência acumuladas nesses dois séculos; por fim, a terceira, uma via de fuga que pode derivar da efeméride, tendendo a produzir peças ufanistas, patriotadas verde-amarelas que em nada contribuem para o conhecimento das nossas estruturas e história.

Descartamos, desde já, o primeiro e o terceiro modelos de abordagem, e não nos ateremos a eles nem fugiremos do tema por sua causa. No primeiro caso, aparecer como independente formalmente não é algo desprezível, evidentemente. Mas a independência de um país envolve características mais amplas que a mera formalidade jurídica e qualitativamente superiores a ela. Um país não é independente apenas porque não aparece, num contrato ou pela força direta, subordinado a outro. No caso da terceira via, não nos parece corresponder à ciência e, assim sendo, ao materialismo histórico, perder-se em mistificações da realidade e utopias patrióticas, ainda que a terminologia e os símbolos (a pátria, a nação, a bandeira, os hinos) possam ser utilizados, mesmo na forma de palavras de ordem, auxiliando no cumprimento de um movimento tático bem específico e determinado conjunturalmente.

O segundo modelo nos serve largamente, porque dele retiramos referências teóricas fundamentais, mas não parece razoável considerar que já tenhamos esgotado o nosso assunto, nem que não seja necessário insistir em algumas questões e análises, como pretendemos fazer aqui.

Embora os “balanços” históricos tendam a ser a tônica dos trabalhos mais exaustivos sobre a Independência na conjuntura do bicentenário, nosso recurso não será o comparativo histórico. A reflexão que propomos toma o problema nacional e a tática do movimento comunista como ponto de partida para, depois, tecermos comentários sobre a independência brasileira. A opção foi pela exposição de uma reflexão mais ampla, que não se atém a um determinado aspecto do processo da Independência, mas pretende sugerir caminhos para a análise teórica e para a prática política.

Para tanto, dividimos o texto em duas partes, afóra esta introdução e as considerações finais: na próxima, passaremos brevemente em revista o tema da questão nacional, a partir de exemplos e da análise dos clássicos do pensamento marxista. Depois, e a partir da compreensão da questão nacional na perspectiva do materialismo histórico, discorreremos sobre os avanços e entraves do que podemos chamar de independência parcial.

2. O MARXISMO E A QUESTÃO NACIONAL

É bastante conhecida a formulação sobre a relação entre os comunistas e a questão nacional, sintetizada por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*:

os comunistas são censurados por querer suprimir a pátria, a nacionalidade. Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tomar aquilo que não têm. Como, porém, o proletariado deve, em primeiro lugar, conquistar a dominação política, elevar-se à condição de classe dirigente da nação, constituir-se ele mesmo em nação, ele é ainda nacional, embora de forma alguma no sentido que a burguesia atribui ao termo. [...] Na medida em que é abolida a exploração de um indivíduo por outro, é abolida também a exploração de uma nação por outra. Com o desaparecimento do antagonismo das classes no interior das nações, desaparece também a posição de hostilidade entre as nações (ENGELS; MARX, 1993, p. 85).

Temos a dialética da história e da relação do movimento comunista com a questão nacional sintetizadas aí. Três pontos: primeiro, a nação e a pátria são elementos burgueses, mas importantes para criar as condições para a revolução proletária; segundo, o proletariado não tem pátria ou nação, mas o proletariado deve tomar como tarefa essencial a tomada do poder no seu país, tornar-se classe dominante; terceiro, as transformações nas relações sociais transformam as relações entre as nações. Analisemos mais de perto esses três aspectos.

2.1. A NAÇÃO E A POSSIBILIDADE DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

A compreensão que temos de nação e o papel atribuído às nações em nosso tempo são próprios da ordem burguesa. As variações do grau de importância atribuído às nações nas relações internacionais são determinadas pelos estágios e contradições do desenvolvimento capitalista. O ponto histórico inicial está no processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa. Ainda que surgindo nos quadros da dominação da nobreza feudal, na forma do Estado absolutista, numa conjuntura mesclada pelo crescimento e mundialização das relações mercantis, o Estado nacional é a forma política tomada pelas revoluções burguesas para a organização das relações sociais de acordo com os interesses da nova classe detentora do poder político, imprimindo-lhe as feições do Estado moderno. Engels trata do tema em “O papel da violência na história”, um texto de 1888:

Desde o final da Idade Média, a história trabalha no sentido de constituir na Europa grandes Estados nacionais. Somente Estados desse tipo formam a organização política normal da burguesia europeia no poder e oferecem, por sua vez, a condição indispensável para o estabelecimento de uma colaboração internacional harmoniosa entre os povos, sem a qual é impossível o poder do proletariado (ENGELS, 1974, p. 396-397, tradução nossa).

Na tática do movimento comunista, a formulação *ser ainda nacional, mas não no sentido burguês*, chama a atenção para possíveis desvios, de direita e de esquerda. Na verdade, desvios bastante comuns, que vão aparecer em versões diversas a partir dos seus extremos: mais à direita, o movimento comunista torna-se uma corrente chauvinista; mais à esquerda, o movimento comunista nega o elemento nacional, preconizando uma luta universal que apõe duas classes direta e diametralmente opostas, sem mediações

A lógica objetiva da história, cujos princípios fundamentais nos foram desvelados pelo gigantesco trabalho teórico conjunto de Marx e Engels, nos permite observar que uma nova articulação das estruturas (no caso, um novo modo de produção) tem uma dinâmica própria de reprodução, que gera contradições derivadas. O desenvolvimento do modo de produção e as contradições derivadas da reprodução abrem possibilidades para a transição (o desenvolvimento das forças produtivas e sua relação com as relações sociais de produção, o papel cumprido pela luta de classes e também eventos que podem, casualmente, auxiliar na formação das condições para a ruptura do processo de reprodução). Um novo modo de produção é sempre uma possibilidade aberta pelo desenvolvimento e pelas contradições derivadas do modo de produção anterior. Jamais uma sequência determinada por uma finalidade ou razão da história, como acredita certa filosofia idealista.

Isso significa que a transição socialista e a possibilidade da construção do modo de produção comunista apenas aparecem como possibilidade histórica com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. No caso do nosso tema central, a forma assumida pelo Estado nacional sob a dominação burguesa participa diretamente da abertura da possibilidade histórica da transição socialista.

Insistamos nisso, pois é uma tese fundamental do materialismo histórico: não há uma finalidade no processo histórico, um *telos* imanente que conduz, por modos de produção sucessivos, a um objetivo previamente determinado. O modo de produção comunista é uma possibilidade histórica, aberta pelo desenvolvimento do modo

de produção capitalista. Marx trata do tema quando, no “Projeto de resposta à carta de V. I. Zasluch”, fala da possibilidade de a comuna russa servir de base para o início da transição socialista sem passar pelo capitalismo, mas estipula duas condições para essa possibilidade: a existência do capitalismo já desenvolvido em outros países e uma revolução russa (MARX, 1974, p. 170). Segundo Marx, a “gênese da produção capitalista” tem por base “a separação radical entre o produtor e os meios de produção”, e a “base dessa evolução é a expropriação dos agricultores”. Isso teria ocorrido apenas na Inglaterra, mas “todos os demais países da Europa seguem o mesmo caminho” (MARX, p. 160, tradução nossa). No passado de toda a Europa Ocidental encontra-se a propriedade comum da terra “de tipo mais ou menos arcaico”, mas “desapareceu por todas as partes com o progresso social” (MARX, p. 162, tradução nossa). A Rússia não precisaria passar por isso “graças a uma combinação única de circunstâncias” técnicas, históricas e geográficas (MARX, p. 167-168). Essa combinação de circunstâncias permitiria que a comunidade rural, existindo em nível nacional, pudesse

desfazer-se gradualmente de suas características primitivas e desenvolver-se diretamente como elemento da produção coletiva à escala nacional. Precisamente graças à contemporaneidade da produção capitalista, pode apropriar-se de todas as realizações positivas dela, sem passar por todos os seus terríveis incidentes. A Rússia não vive isolada do mundo moderno, nem é vítima de algum conquistador estrangeiro, como ocorre com as Índias Orientais (MARX, 1974, p. 162, tradução nossa).

Ainda assim, isso não significava qualquer determinismo do futuro russo, como se a transição socialista fosse um desdobramento natural da história: o caminho que deveria tomar a Rússia, a partir da comuna, poderia ser o da imposição do seu caráter coletivo ou o da “privatização”: essas “duas soluções são possíveis *a priori*, mas tanto uma como outra dependem de ambientes históricos muito distintos” (MARX, 1974, p. 165, tradução nossa). Isso demonstra que, na concepção de Marx, o desenvolvimento das forças produtivas abre possibilidades, mas o resultado desse processo não pode ser conhecido de antemão.

Na “Carta ao diretor da revista russa *Otiechéstvennie Zapiski*”, Marx lembra que em Roma ocorreu, de um lado, a expropriação dos camponeses e sua separação dos meios de produção e, de outro, a formação de uma classe de grandes proprietários de terra e de capital financeiro, portanto, “por um lado, havia homens livres despojados de tudo, à exceção de sua força de trabalho, e por outro, para que explorassem esse trabalho, os que possuíam toda a riqueza adquirida” (MARX, s.d.). Desse encontro, porém, não surgiu o modo de produção capitalista, mas uma massa de desocupados e o modo de produção escravista. Daí a conclusão de que alguns elementos, ainda que fundamentais, mas que ocorrem “em meios históricos diferentes, conduzem a resultados totalmente distintos”:

Estudando separadamente cada uma dessas formas de evolução e as comparando, é possível encontrar facilmente a chave desse fenômeno, mas nunca se chegará a tanto



Reprodução/ www.lariscossa.info

Retratos de Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Vladimir Lênin (1870-1924) e Josef Stálin (1878-1953) em cartaz de propaganda soviético de 1936 com o slogan: "Levantem a bandeira de Marx, Engels, Lenin e Stalin!"

através do passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica (MARX, s.d.).

O materialismo histórico não tem relação alguma com a teleologia idealista, ainda que algumas versões do marxismo procurem assentar suas bases numa teleologia determinista ou numa tese supra-histórica. A primeira aparece nas versões vulgares e deterministas, que afirmam o comunismo como resultado inevitável e necessário da evolução histórica; a segunda aparece baseada na ideia fundamental de que tudo caminha para a realização de uma essência humana que, alienada, em algum momento fará o humano ser aquilo que sempre foi, embora sem nunca o ter sido.

A nação como a conhecemos é, ao mesmo tempo, produto do modo de produção capitalista e condição, dentre outras, que torna possível a revolução proletária e a transição socialista. O principal elemento que pode tornar essa possibilidade uma realidade efetiva é a luta de classes.

2.2. O PROLETARIADO E O PODER POLÍTICO

No *Manifesto*, Marx e Engels afirmam que o proletariado não tem pátria, mas, ao mesmo tempo, necessita da tomada do poder político para a transição socialista, pois deve "elevar-se à condição de classe dirigente da nação, constituir-se ele mesmo em nação, ele é ainda nacional, embora de forma alguma no sentido que a burguesia atribui ao termo" (ENGELS; MARX, 1993, p. 85).

Na tática do movimento comunista, a formulação *ser ainda nacional, mas não no sentido burguês*, chama a atenção para possíveis desvios, de direita e de esquerda. Na

verdade, desvios bastante comuns, que vão aparecer em versões diversas a partir dos seus extremos: mais à direita, o movimento comunista torna-se uma corrente chauvinista; mais à esquerda, o movimento comunista nega o elemento nacional, preconizando uma luta universal que apõe duas classes direta e diametralmente opostas, sem mediações. Nas duas situações o conteúdo de classe resta abandonado: na primeira, porque as noções de “pátria”, “povo”, “espírito nacional” e correlatas assumem todas as posições; no segundo, porque se toma a luta como generalidade que tudo o mais despreza em nome de uma fantasiosa luta de classes que em parte alguma ocorre dessa maneira. Como em todas as facetas do esquerdismo e do revolucionarismo pequeno-burguês, quase tudo se resume a um belo discurso aparentemente revolucionário e radical, mas que não dá um passo além disso por estar completamente distante da realidade objetiva.

Lênin combateu tenazmente as duas tendências e apontou o caminho correto a seguir. Em “Sobre a tendência do ‘economismo imperialista’”, de 1916, Lênin observa a presença dos dois desvios no movimento comunista:

Nasce um novo “economismo”, que raciocina com duas piruetas análogas: “para a direita” — nós somos contra o “direito à autodeterminação” (isto é, contra a libertação dos povos oprimidos, contra a luta contra as anexações, isso não foi ainda pensado até o fim ou dito até o fim). “Para a esquerda” — nós somos contra o programa mínimo (isto é, contra a luta por reformas e pela democracia), pois isso “está em contradição” com a revolução socialista (LÊNIN, 1982, p. 672).

É tênue a linha que separa a justa tática acerca das questões nacionais dos desvios de direita e de esquerda: no acerto da tática é possível acumular forças, ampliar as bases, dar passos importantes na luta anti-imperialista e na propaganda dos limites da ordem burguesa, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e para a elevação das condições de vida dos trabalhadores e avançar no sentido da revolução socialista; mas também é possível confundir a defesa da pátria com a defesa da burguesia e das classes dominantes locais e a traição da revolução socialista. Lembremos da crítica de Lênin a Kautsky e aos que defenderam a entrada dos seus países naquilo que se tornou a Primeira Guerra Mundial (LÊNIN, 1980a, p. 43).

A justa medida aparece nas “Teses para o II Congresso da Internacional Comunista”, de 1920, quando Lênin chama a atenção para a necessidade de

lutar resolutamente contra a tendência para pintar com as cores do comunismo as correntes libertadoras democrático-burguesas nas colônias e nos países atrasados [...] a Internacional Comunista deve concluir uma aliança temporária com a democracia burguesa das colônias e dos países atrasados, mas não fundir-se com ela (LÊNIN, 1980d, p. 355).

E na “Carta aos operários e camponeses da Ucrânia”, do começo de 1920, quando Lênin insiste no desvio de direita:



www.archive.gov.tatarstan.ru

Participantes do II Congresso dos Povos do Oriente, realizado em Moscou, de 22 de novembro a 3 de dezembro de 1919

a experiência mostrou-nos centenas de vezes como os “socialistas” pequeno-burgueses de diversos países [...] se camuflam de partidários do proletariado com o único objetivo de impingir pelo engano a política de conciliação com a “sua” burguesia nacional contra os operários revolucionários (LÊNIN, 1980b, p. 248).

E, no “Relatório do II Congresso dos Povos do Oriente”, aponta o justo caminho a seguir:

Tereis de basear-vos no nacionalismo burguês que desperta nesses povos, e que não pode deixar de despertar, e que tem uma justificação histórica. Deveis paralelamente abrir caminho para as massas trabalhadoras e exploradas de cada país, e dizer-lhes numa linguagem acessível que a sua única esperança de se libertarem é a vitória da revolução mundial e que o proletariado internacional é o único aliado de todas as centenas de milhões de trabalhadores e de explorados do Oriente (LÊNIN, 1980c, p. 218).

O caminho tático parte da realidade objetiva e do reconhecimento das tarefas a serem cumpridas no percurso rumo à revolução socialista. Não se ilude com o nacionalismo burguês e seus apelos de unidade formal (pátria, bandeira, território, espírito nacional), compreende que o estágio atual das relações sociais de produção produz um tipo humano que se põe em movimento pelo reconhecimento possível que tem da realidade. Nesse contexto, os apelos nacionalistas podem ter um grande resultado catalisador. É a vanguarda do proletariado, o seu partido, que deve compreender a

Embora o Brasil não seja mais uma colônia desde 1822, as marcas do passado colonial persistiram na relação entre as classes sociais, gerando práticas e uma ideologia específica que, internamente, separa grupos que agem como se fossem os colonizadores e tratam outros grupos como colonos

realidade objetiva e conduzir o processo com as palavras de ordem adequadas, com os movimentos táticos ajustados à estratégia, abrindo o caminho para que o proletariado avance na luta e na clareza sobre seu papel no movimento revolucionário.

2.3. AS MUDANÇAS DAS NAÇÕES COM A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Para Engels e Marx, o fim da exploração do humano sobre o humano eliminará também a exploração de uma nação por outra, assim como as hostilidades entre as nações desaparecerão com o fim do antagonismo de classes. A formulação do *Manifesto* é, sem dúvida, bastante geral, embora precisa. Qual será a forma assumida pelas nações num mundo inteiro vivendo nas relações comunistas de produção? Como bons materialistas, não nos cabe investigar o que não existe, portanto, prever o futuro não é uma tarefa. Mas podemos, pelo menos, estabelecer alguns pontos do que as nações não serão, considerando certas características do modo de produção vigente, o capitalista.

Josef Stálin contribuiu com a análise do problema nacional num artigo de 1913, elogiado e tomado por Lênin como referência, publicado entre nós com o título “O marxismo e o problema nacional”. O objetivo do texto de Stálin (1979) era combater tendências oportunistas no debate sobre a questão nacional e o nacionalismo, além de tratar da justa tática dos bolcheviques.

Segundo Stálin, a nação se define por seis características fundamentais: “É uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia, manifestada esta na comunidade de cultura.” (STÁLIN, 1979, p. 7) A nação, definida por Stálin como resultado histórico e não natural, com características precisas, identificáveis e observáveis, fica longe das versões mistificadas e

idealistas de nação que servem aos arroubos nacionalistas burgueses. E não somente uma “categoria histórica, mas uma categoria histórica de uma época determinada, da época do capitalismo ascensional” (STÁLIN, 1979, p. 13).

São os interesses da burguesia que dão origem ao movimento nacional: “A burguesia da nação oprimida, acossada por toda a parte, entra naturalmente em ação. Apela para ‘os de baixo de seu país’ e principia a falar de ‘pátria.’” (STÁLIN, 1979, p. 15)

Nas condições do capitalismo ascensional, a luta nacional é uma luta das classes burguesas entre si. Às vezes a burguesia consegue arrastar o proletariado ao movimento nacional, e então a luta nacional se reveste *na aparência* de um caráter *popular geral*, mas só na aparência. Na *essência* essa luta não deixa nunca de ser uma luta burguesa, conveniente e grata principalmente à burguesia (STÁLIN, 1979, p. 16).

Mas isso não quer dizer que o proletariado não deva lutar em favor da autodeterminação nacional e das liberdades democráticas, que possibilitam maior espaço de ação e organização política. Embora haja interesses de ambas as classes nas questões nacionais, o proletariado não pode se iludir com uma possível “harmonia de interesses” com a burguesia (STÁLIN, 1979, p. 16). O caminho para reduzir ao máximo a luta nacional passa pela democratização do país e pela autonomia conferida às nações (STÁLIN, 1979, p. 17), mas essa luta persiste nos marcos da sociabilidade burguesa. O proletariado luta pela autodeterminação das nações e, ao mesmo tempo, contra o imperialismo.

Os destinos do movimento nacional, que é em substância um movimento burguês, se vinculam naturalmente com os destinos da burguesia. O ocaso do movimento nacional só é possível com o ocaso da burguesia. Só quando reine o socialismo se poderá instaurar a paz completa. O que é possível, até dentro dos marcos do capitalismo, é reduzir ao mínimo a luta nacional, miná-la nas suas raízes, torná-la o mais inofensiva possível ao proletariado. [...] Para isso é preciso democratizar o país e dar às nações a possibilidade de desenvolverem-se livremente (STÁLIN, 1979, p. 17).

Para além das mistificações idealistas envolvendo a nação, a pátria etc., o materialismo histórico parte das condições objetivas, concretas (STÁLIN, 1979, p. 24), e compreende que a transformação das relações sociais de produção transforma o próprio humano, suas necessidades, aspirações, valores, assim como transforma as relações entre as nações, o significado destas e seu peso efetivo em condições sociais não mais baseadas na exploração do humano sobre o humano e na exploração de um conjunto de nações por outras.

3. DUZENTOS ANOS: DEPENDÊNCIA, EXPLORAÇÃO E IDEOLOGIA DO COLONIALISMO

A partir da compreensão marxista acerca do conceito de nação e dos desafios impostos ao movimento comunista diante da questão nacional, resta ainda questio-

nar como poderíamos definir a independência de uma nação. Sugerimos uma resposta sumária para essa questão, que nos servirá de fio condutor para pensar o bicentenário da proclamação da independência no Brasil.

Vimos acima que Stálin definia a nação como resultado histórico e da reunião de algumas características essenciais que determinam sua unidade: comunidade estável, historicamente formada, comunidade de idioma, comunidade de território, comunidade de vida econômica, comunidade cultural (STÁLIN, 1979, p. 7). Ora, se essas características precisam estar presentes para que consideremos se tratar de uma nação, devemos pensar que são elementos constitutivos de uma nação independente, além de não estar esta submetida por quaisquer laços de dependência a outras nações, laços que retirem a sua capacidade de autodeterminação.

Pois bem, parece um tanto quanto óbvio que, nos dois aspectos, encontramos problemas para qualificar como nação não apenas o Brasil, mas a totalidade dos países, na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve. Ou seja, quanto mais avança o modo de produção capitalista, mais distantes são as possibilidades de existirem essas características que conformam a nação plenamente.

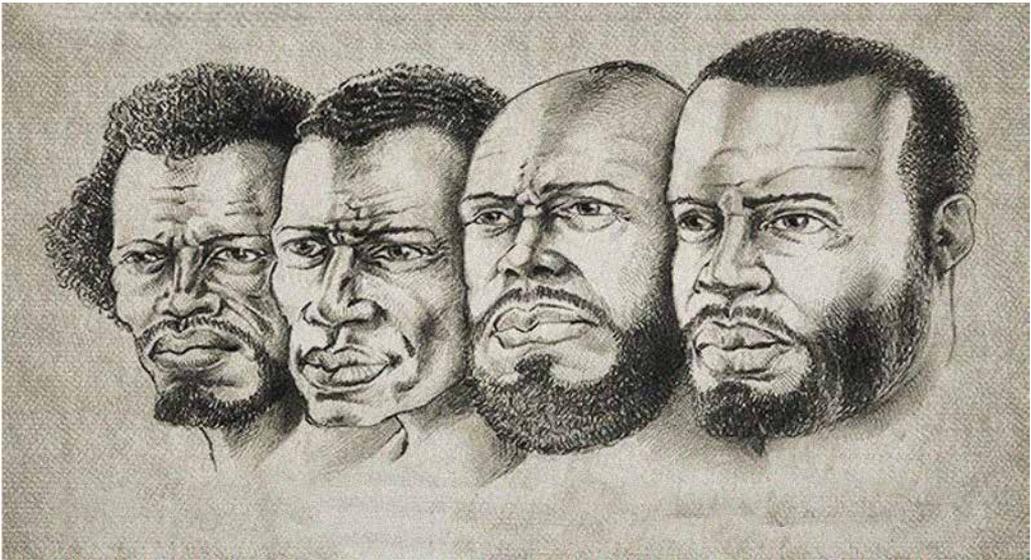
Stálin compreendeu também isso. Ele identifica, por exemplo, os deslocamentos populacionais determinados pelo desenvolvimento capitalista como agentes dispersores das nações. Ele pergunta: “É possível ligar numa única união nacional esses grupos já dissociados uns dos outros?”. Mas acrescenta, para além do problema das migrações:

a coesão e unidade de uma nação não desaparecem apenas em consequência das migrações. Desaparecem também por motivos internos, em virtude do aguçamento da luta de classes. Nas primeiras fases do capitalismo se podia falar da “comunidade cultural” do proletariado e da burguesia. Mas com o desenvolvimento da grande indústria e a exacerbação da luta de classes, essa “comunidade” começa a desmoronar. Não é possível falar a sério da “comunidade cultural” de uma nação em que os operários e os patrões já não se entendem (STÁLIN, 1979, p. 30).

Parece corrente que, ao pensarmos o caso brasileiro, nossa independência apareça sempre como formalidade jurídica, visto que persistimos, na prática, desde o início subordinados às potências estrangeiras e, depois, ao imperialismo. Nesse sentido, das relações internacionais, o Brasil não é plenamente independente.

Mas seríamos independentes em algum outro sentido? Ou melhor, haveria alguma nação independente, mesmo entre as nações imperialistas? Stálin e Lênin sabiam que não: capitalismo não combina com independência. Não é possível que em relações desiguais e baseadas na exploração do humano sobre o humano haja independência total. Isso serve para os países do centro do sistema, e serve muito mais para os da periferia do sistema.

Nesse sentido, o Brasil também não é independente. Como seria possível considerar nosso país uma unidade, quando as formas mais abjetas da exploração entre



Reprodução/https://novaescola.org.br

A Conjuração Baiana (1798-1799), movimento rebelde anticolonial e antiescravista também conhecido como Revolta dos Búzios, inspirou-se na luta de libertação no Haiti e teve líderes negros como Lucas Dantas, Manuel Faustino, Luiz Gonzaga das Virgens e João de Deus

as nações são verificadas internamente, praticadas por aqueles que assumem o discurso do “povo brasileiro” como a soma simples dos que nasceram por aqui, sem levar em consideração as relações sociais?

Refletimos sobre alguns aspectos que nos permitem compreender o caminho que seguimos na argumentação.

O processo da Independência no Brasil não foi pacífico: foi marcado por revoltas mais ou menos progressistas, antes e depois de 1822, algumas delas com confrontos armados e muitos mortos, como, por exemplo, a Conjuração Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798-1799), a Revolução Pernambucana (1817), a Confederação do Equador (1824), a Cabanagem (1835-1840), a Sabinada (1837-1838), a Balaiada (1838-1840), a Revolta dos Malês (1835), a Revolução Farroupilha (1835-1845). Da maneira como ocorre objetivamente, porém, a Independência foi um movimento sem a participação popular, acordado pelo alto, inclusive com a metrópole e com a Inglaterra. Um avanço na forma, que conservou o núcleo fundamental da organização colonial, apenas transferindo parcelas das riquezas produzidas para outras mãos: diretamente para os ingleses e para classes internas ligadas ao comércio e à posse da terra.

A relação de exploração dos trabalhadores segue a mesma lógica. A escravidão não é ameaçada pela Independência. Curiosamente, com a posterior queda do Império, a República fará de Tiradentes um herói nacional e da Conjuração Mineira um evento muito conhecido. Mais avançada, porém, foi a Conjuração Baiana, abolicionista, inspirada pela Revolução Haitiana e pela independência das colônias inglesas do Norte, dirigida por artesãos, ex-escravizados e escravizados, com maior adesão popular — um dos grandes momentos da nossa história, ao lado de outros de mesmo perfil, completamente desconhecidos dos brasileiros.

No Brasil, último país a acabar com o regime escravista, o lento processo da Abolição é marcado por pressões externas (o interesse inglês no mercado interno em potencial para seus produtos industrializados) e internas, que refletem a disposição de organização e luta dos próprios escravizados e os ventos do desenvolvimento do modo de produção capitalista, cuja nova lógica convence parte dos fazendeiros do café da maior lucratividade e da liberação de capitais possibilitadas pela adoção do trabalho “livre”. Ainda assim, transcorreram quatro décadas desde o golpe de morte na escravidão, com o Bill Aberdeen (1845) e a Lei Eusébio de Queirós (1850), que extinguiu o tráfico de africanos escravizados, até a Lei Áurea.

Nessas quatro décadas a classe dominante tratou de produzir leis para a proteção dos seus interesses: com a Lei de Terras, de 1850, garantiu a manutenção da estrutura fundiária herdada da fase colonial, tornou-se proprietária privada das terras e, ao mesmo tempo, garantiu a necessária submissão, nas condições mais perversas, dos chamados trabalhadores “livres”, criando um grande obstáculo para que pudessem ter acesso à terra; em 1871, 21 anos depois, criou uma nova legislação, que estendia a exploração do trabalho escravizado, a Lei do Ventre Livre. Por ela, quando os filhos das mulheres escravizadas completassem 8 anos de idade, os fazendeiros (e não as mães!) poderiam optar por receber uma indenização do Estado ou explorar o trabalho deles até os 21 anos! Quando a opção do fazendeiro era a indenização, essas crianças eram entregues ao Estado, que as “repassava” para instituições que, por sua vez, explorariam o trabalho delas até os 21 anos, podendo, inclusive, “alugar” essas pessoas (algo muito diferente da divulgada e festejada versão da “liberdade dos nascidos”, alardeada a partir dali). A Lei dos Sexagenários (1885) não teve efeitos práticos, mas liberava os fazendeiros dos raros escravizados que atingiam essa idade e transferiam esse problema para o Estado; e, por fim, a Lei Áurea acabou com a escravidão, sem tomar uma medida sequer para encaminhar, nem mesmo orientar, aqueles que, a partir dali, estavam “livres”.

A Independência, a proclamação da República, a passagem do escravismo ao capitalismo marcam um processo de profundas transformações, mas, ao mesmo tempo, um longo processo de adaptação de uma mesma lógica na relação entre aqueles que trabalham e aqueles que vivem da exploração do trabalho alheio. Sempre que os trabalhadores alcançaram algum nível de organização, foram tratados como inimigos internos a serem batidos violentamente.

Embora o Brasil não seja mais uma colônia desde 1822, as marcas do passado colonial persistiram na relação entre as classes sociais, gerando práticas e uma ideologia específica que, internamente, separa grupos que agem como se fossem os colonizadores e tratam outros grupos como colonos.

Isso não é resultado da produção pseudocientífica daqueles que adotaram as teses racialistas da fase do neocolonialismo e fizeram a defesa da eugenia, do branqueamento da população ou da subordinação pura e simples do Brasil aos interesses das potências estrangeiras, como, cada qual à sua maneira, João Batista de Lacerda,

No nosso tempo, de acordo com Frantz Fanon, o colonizador vê o colonizado como inferior, como desigual e, assim sendo, como aquele que não possui as mesmas dignidades humanas que ele reconhece nos seus pares. Daí a sua conclusão de que a tortura “é inerente à configuração colonialista”

Sílvio Romero, Oliveira Viana, Nina Rodrigues etc. Antes, a produção desses autores reflete, no plano teórico, algo construído para além da teoria: em poucas palavras, a forma que assumem em nosso país as relações de classe tipicamente capitalistas e, com elas, a forma assumida pela noção burguesa de nação e como ela pode ocorrer na periferia do sistema capitalista na fase do imperialismo e do neocolonialismo.

Essa dependência e subordinação não são meras heranças coloniais. Caso fossem apenas resquícios do passado, a transição do modo de produção escravista da colônia e do Império ao modo de produção capitalista daria conta do desaparecimento dessa ideologia. É algo mais profundo e funcional para a nova ordem. A ordem burguesa, da maneira como é forjada no Brasil, encontra nessas disposições ideológicas a justificativa para a manutenção da exploração dos trabalhadores, das desigualdades sociais e da posição dependente e subalterna do país no “concerto das nações”.

Os autores referidos acima apenas expressam teoricamente essa ideologia, portanto, suas obras são resultado dessas ideologias que operam no país e ressoam as práticas do neocolonialismo, que também têm uma expressão teórica internacional, com os trabalhos pioneiros da antropologia, o desenvolvimento da cranioscopia e da frenologia, a transposição equivocada do conceito darwiniano de seleção natural para as relações sociais humanas, as teses sobre a desigualdade entre as raças humanas e o papel degenerativo da miscigenação etc.

No Brasil, falamos de um complexo conjunto que forma uma unidade: os trabalhadores continuam a ser tratados como os escravizados (como inferiores, como desiguais) objetivamente, assim como os povos colonizados o são (os chamados “bárbaros” desde a Antiguidade clássica). Há um setor (a pequena burguesia) que absorve “mestiços” que sonham com o aburguesamento e assumem também essa disposição dominante, assim como nos países colonizados há uma parcela média que colabora com o programa colonizador e a ele adere. No plano teórico, ocorre a utilização ou produção que reflete essa relação, uma pseudociência dessas relações sociais. Nesse

plano, o apelo às questões genéticas é recorrente, visto que é necessário naturalizar essas desigualdades, ou seja, elas não são tratadas histórica e socialmente, mas são compreendidas como atributos físicos e genéticos, o que justificaria, naturalmente, as desigualdades sociais.

Mesmo os autores bem-intencionados vão esbarrar nesse limite e pensar as nossas relações como determinadas pelo meio geográfico e por questões biológicas que definiriam grupos humanos como superiores ou inferiores. Negros, nativos e mestiços, por serem as populações submetidas às políticas genocidas, à escravidão e às posições mais desqualificadas da divisão social do trabalho, começam a ser identificados como “bárbaros”, inferiores geneticamente, o que justificaria a posição que ocupam.

As frações economicamente dominantes — a burguesia e os grandes proprietários de terra — justificam sua posição pelo mérito pessoal e pela superioridade racial. À pequena burguesia cabe tanto o grosso da produção teórica quanto os aspectos mais violentos no trato dessas desigualdades. Como grupo médio economicamente, liberado do infame trabalho manual e sonhando com o aburguesamento individual, esse grupo vai tanto servir às frações dominantes de maneira rastejante como vai reagir ferozmente à ascensão social dos trabalhadores manuais, pois isso põe em risco suas pretensões mesmas de ascensão. Ao mesmo tempo, esses setores desenvolvem uma atitude de admiração e reverência pelo centro do sistema, construindo, portanto, uma dupla relação: atuam como colonizadores internamente, e como colonizados para fora.

Podemos encontrar na Idade Antiga e na Contemporânea produção teórica justificando ou explicando disposições similares, embora em circunstâncias históricas substancialmente distintas. No caso, por exemplo, de Aristóteles, encontramos, sem dúvida, uma inspiração de alto gabarito intelectual para os intelectuais brasileiros, sacada, evidentemente, do seu contexto histórico e cultural. Segundo Aristóteles (1962, p. 22, tradução nossa), a “natureza, tendo em conta a necessidade da conservação, criou seres para mandar e outros para obedecer”. Os primeiros são dotados de razão, os segundos, de força física. As atividades exercidas por ambos os grupos são fundamentais para a reprodução da vida social. Aqueles dotados de razão precisam do tempo livre de outros afazeres para cuidar dos interesses do Estado e também para a produção filosófica. Os escravos e artesãos têm a responsabilidade do trabalho que exige força física: a produção dos bens materiais. Assim como o filósofo naturaliza a política (o humano é um “animal social” ou “político”), naturaliza também as relações sociais, fazendo com que a escravidão não pareça algo injusto ou violento, mas apenas obra da natureza, que não pode ser mudada. Mais que isso: por estar de acordo com a natureza, a escravidão é “tão útil quanto justa” para os escravos (ARISTÓTELES, 1962, p. 28, tradução nossa). Nesse caso, o escravo aparece como a parte viva dos instrumentos de produção, que também possuem a parte inanimada (as ferramentas, por exemplo) (ARISTÓTELES, 1962, p. 26). E quem eram os escravos dos gregos? Os



Bandeira do Brasil em manifestação popular

estrangeiros, chamados de bárbaros: “a natureza quis que bárbaro e escravo fossem a mesma coisa” (ARISTÓTELES, 1962, p. 22, tradução nossa). Citando a peça *Ifigênia*, de Eurípedes, repete Aristóteles: “Sim, o grego tem direito de mandar no bárbaro” (ARISTÓTELES, 1962, p. 22, tradução nossa). A natureza não teria criado entre os bárbaros um “ser destinado a mandar” (ARISTÓTELES, 1962, p. 22, tradução nossa): “O escravo é aquele que, por uma lei natural, não se pertence a si mesmo; apesar de ser homem, pertence a outro” (ARISTÓTELES, 1962, p. 26, tradução nossa). Isso porque existem homens (os gregos) desenvolvidos, cujos corpos obedecem às determinações da alma — “O ser vivo é composto de uma alma e um corpo, feitos naturalmente aquela para mandar e este para obedecer” (ARISTÓTELES, 1962, p. 27, tradução nossa) —, e há outros homens corrompidos ou dispostos a sê-lo (ARISTÓTELES, 1962, p. 27), que, assim como os animais domesticados, “não podem fazer coisa melhor que se submeter à autoridade de um senhor” (ARISTÓTELES, 1962, p. 28, tradução nossa).

No nosso tempo, de acordo com Frantz Fanon, o colonizador vê o colonizado como inferior, como desigual e, assim sendo, como aquele que não possui as mesmas dignidades humanas que ele reconhece nos seus pares. Daí a sua conclusão de que a tortura “é inerente à configuração colonialista” (FANON, 2018, p. 59). Para além do colonialismo, há o que ele chamava de configuração colonial, que agrega esses aspectos próprios da ideologia do colonialismo e nos permite, inclusive, pensar as relações internas de países como o Brasil, que, embora seja independente há dois séculos, replica internamente nas relações entre as classes a mesma e perversa lógica da configuração colonial.

Os exemplos retirados de Aristóteles e Fanon nos permitem refletir sobre nossa realidade e compreender as nossas contradições e desafios. O paralelo entre a lógica escravista antiga e a lógica neocolonialista atual pode nos ajudar a elucidar traços determinantes e latentes das nossas estruturas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bicentenário da Independência pode nos servir de pretexto para a retomada e o avanço, com maior publicidade, da reflexão sobre o Brasil, seus desafios e possibilidades. Jamais deixamos essa reflexão e debate de lado, mas ele já esteve mais em voga, por exemplo, da década de 1940 até a instalação da ditadura, em 1964, quando se debatiam os rumos do desenvolvimento capitalista no Brasil e o acabamento da revolução burguesa por aqui.

A independência não é inconclusa: ela é parcial. Não é parcial porque ainda não tomou todos os espaços da nação, mas porque se referiu, sempre, a uma pequena parcela do país. Um país que surgiu sobre as costas dos trabalhadores, que jamais pertenceram efetivamente aos quadros da nação, tratados como os bárbaros, de Aristóteles, como os colonizados, de Fanon.

Ainda que as lutas dos trabalhadores mereçam na nossa história o devido destaque e que seja necessário atribuir nossos parcos avanços à organização persistente e corajosa de parcelas do nosso povo, nosso saldo ainda nos deixa distantes da ideia de uma unidade de qualquer tipo. Prova disso é a brutalidade com que são “resolvidos” historicamente diversos dos nossos problemas sociais, que foram uma vez chamados pelo presidente Washington Luís de “casos de polícia”. Prova disso é a tentativa de apagar da memória as lutas dos trabalhadores brasileiros e apresentá-los como cordiais, pacíficos, felizes e acolhedores carneiros, que tudo suportam, que para todas as misérias dão jeito. Prova disso é distorcer a história para justificar a covarde submissão das classes dominantes ao capital estrangeiro e como elas se beneficiam das migalhas da mesa do imperialismo, inclusive pondo a serviço dos seus interesses as instituições do Estado burguês brasileiro, massacrando o próprio povo, como fazem nossas Forças Armadas, de tempos em tempos.

Não é possível comemorar a Independência de um país que massacra seu povo para defender o capital estrangeiro e esconde essa história, como ocorreu na Guerra do Contestado. O Brasil fechou seu primeiro século de independência, já na República, matando milhares de camponeses que resolveram resistir ao serem expulsos das suas terras por uma madeireira e pelos proprietários de uma estrada de ferro de capital estadunidense; o país comemorou os 150 anos da Independência em plena ditadura militar, sob a vigência do AI-5; chegamos aos 200 anos com o retrocesso civilizacional que enfrentamos desde 2013.

Lênin sabia que as diferenças entre as nacionalidades persistiriam ainda por um bom tempo no período da transição socialista, mas também sabia que não era ape-

nas pela mera e simples afirmação da “ideia de nação” que o problema poderia ser resolvido. Stálin desenvolveu o tema. Inclusive, numa síntese, consegue pensar o mundo dividido entre povos oprimidos e explorados e as potências capitalistas. Sem rodeios: perder-se no nacionalismo seria uma maneira de abandonar o leninismo e a revolução. Uma prática reformista e contrarrevolucionária. Stálin (1979, p. 32) chama a atenção para o oportunismo de um nacionalismo mascarado por “frases socialistas”, que substituiu o “princípio socialista da luta de classes” pelo “princípio burguês da nacionalidade”.

Que saibamos nos despir das ilusões nacionalistas e das patriotadas bizarras que nos lançam ao campo do inimigo. Tiremos todas as lições dos clássicos do marxismo e da história acerca do problema nacional, para não nos desviar nem para a direita nem para o esquerdismo.

* Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes).

► Texto recebido em 30 de março de 2022; aprovado em 23 de maio de 2022.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **La política**. 9. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1962.

ENGELS, Friedrich. O papel da violência na história. In: _____.; MARX, Karl. **Obras escogidas**. Moscou: Progresso, 1974. v. 3, p. 396-397.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana. São Paulo: Raízes das América, 2018.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980a. v. 3, p. 5-75.

_____. Carta aos operários e camponeses da Ucrânia. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980b. v. 3, p. 245-249.

_____. Relatório do II Congresso dos Povos do Oriente. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980c. v. 3, p. 210-218.

_____. Sobre a tendência do “economismo imperialista”. In: _____. **Obras escolhidas**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. v. 1, p. 672-678.

_____. Teses para o II Congresso da Internacional Comunista. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980d. v. 3, p. 351-366.

MARX, Karl. Carta ao diretor da revista russa Otiéchéstvennie Zapiski [nov. 1877]. **Arquivo Marxista na Internet**, s.d. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/marx/1877/11/revista.htm>. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. Proyecto de respuesta a la carta de V. I. Zasulich. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Obras escogidas**. Moscou: Progresso, 1974. v. 3, p. 161-170.

STÁLIN, Josef. **O marxismo e o problema nacional e colonial**. São Paulo: Lech, 1979.